



77ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CEMDP

8 de junho de 2018

ATA

Aos oito dias do mês de junho do ano de 2018, às nove horas e trinta minutos no prédio da Secretaria Nacional de Cidadania, Setor Comercial Sul – B, Quadra 9, Lote C, Edifício Parque da Cidade Corporate, Torre A, 9º andar, na sala de reuniões da SNPDC, 8º andar, reuniu-se a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos/CEMDP para a sua 77ª Reunião Ordinária. Presentes: Eugênia Augusta Gonzaga – Presidente; Herbert Barros – Secretário Nacional de Cidadania; Diva Santana – Conselheira representante dos familiares de mortos e desaparecidos políticos; Vera Silvia Facciolla Paiva – Conselheira representante da sociedade civil (via skype); Ivan Cláudio Marx – Conselheiro representante do Ministério Público Federal; Cel. João Batista – Conselheiro representante do Ministério de Defesa; Samuel Ferreira – Coordenador Científico CEMDP; Amarílis Busch Tavares – Coordenadora-Geral de Direito à Memória e à Verdade e Apoio à CEDMP; Paula Franco – Coordenadora de Direito à Memória e à Verdade, Juliana Amoretti e Cristiane de Castro Cruz; servidoras da Coordenação-Geral; Jacqueline Silva, Keyla Mara Souza; Gislane Rufino Araújo; colaboradoras da Coordenação-Geral. **1. Abertura e informes iniciais.** A Presidente abriu os trabalhos dando as boas-vindas à nova Coordenadora-Geral, Amarílis Busch Tavares; à Paula Franco, nova Coordenadora; aos demais colaboradores e colaboradoras; e membros presentes. Após breves considerações iniciais de agradecimentos, a Presidente passou a palavra ao Secretário Nacional de Cidadania, Herbert Barros. O Secretário saudou todas as pessoas presentes, agradeceu o convite para participar da reunião da CEMDP e fez os seguintes relatos: a) vem acompanhando a estruturação da equipe da Coordenação-Geral, incluindo a contratação de Hidelbrando Saraiva, inspetor da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro para a função de investigador (DAS 101.3), mencionando que na próxima terça-feira, dia 12 de junho, teria reunião com a



Polícia Civil, ocasião em que trataria também da cessão do servidor em questão, pendente de autorização por parte do órgão; b) tem se empenhado para destravar orçamentos e avançar nos trabalhos da Coordenação e da Comissão; c) providenciou a realização de reunião da presidente Eugênia com o Ministro dos Direitos Humanos, Gustavo Rocha, solicitando apoio aos trabalhos da CEMDP; d) visitou, em São Paulo, o CAAF /Unifesp para conhecer os trabalhos de análises do GTP, participando de reunião com a equipe, representantes da Unifesp e da Prefeitura de São Paulo; e) vem acompanhando as reuniões sobre a elaboração da nova portaria do GTA, que deve ser assinada pelos respectivos Ministros em breve. O Secretário finalizou sua fala colocando-se à disposição da Comissão e informando que participaria, no período da tarde, da reunião com os familiares de vítimas do Araguaia. **1.1. Caso Adauto Freire.** O caso foi novamente pautado pela conselheira Diva, ressaltando que a família ainda não havia recebido a indenização aprovada, e que a viúva, com idade avançada, passa por necessidades. A Presidente Eugênia informou que a indenização está dependendo da liberação do orçamento e solicitou o empenho do Secretário no caso. O Secretário Herbert registrou que está autorizado, para este ano, o valor de 150 mil reais para pagamento de indenizações e que a primeira indenização, no valor de 100 mil reais, foi paga à família de Flávio Ferreira da Silva, pois esse processo já estava apto para pagamento, restando, portanto, apenas 50 mil para o pagamento da indenização referente a Adauto Cruz, que totaliza, igualmente, 100 mil reais. O Secretário Herbert se comprometeu a verificar a possibilidade de se suplementar o valor disponível para pagamento de indenizações. O conselheiro Ivan Marx sugeriu que fosse verificada a possibilidade de se fazer um pagamento parcial, já que no momento não estaria disponível o valor integral da indenização. Foi deliberado pela Comissão que seria encaminhada à Secretaria consulta nesse sentido. **1.2. Acesso ao SEI:** a Presidente apresentou aos conselheiros, na tela projetada na sala de reuniões, os procedimentos da CEMDP existentes no Sistema Eletrônico de Informação – SEI e ressaltou a importância de que os membros tenham acesso direto a esse sistema. O Conselheiro Ivan Marx descreveu as dificuldades para visualização de processos e uso do SEI na condição de usuário externo. Amarílis, Coordenadora-Geral, informou que esteve em reunião com a



Chefe de Gabinete, Caroline Dias dos Reis, para tentar reverter o impedimento do acesso dos conselheiros/as aos procedimentos no SEI, alegando a necessidade de cumprimento de mandato da CEMDP, conforme a Lei 9.140, de 1995, e o Regimento Interno do órgão (Resolução Nº 1, de 27 de Janeiro de 2016). Acrescentou que formalizaria a solicitação de acesso ao SEI ao gabinete. **1.3. Andamento dos trabalhos de buscas e identificação de corpos – Perus, Foz do Iguaçu, Palmas do Monte Alto, Rio de Janeiro, Pernambuco e Araguaia:** a Presidente Eugênia abriu os procedimentos respectivos na tela e passou aos informes sobre cada um. **1.3.1 Perus.** O GTP conta com uma previsão orçamentária de 600 mil reais, para 2018. Esse valor, conforme acordado em juízo de conciliação em São Paulo, deve ser suportado em partes iguais pelo MEC, Prefeitura e SNC/MDH. Desse modo, 200 mil devem ser repassados com urgência pela SNC para a UNIFESP. Samuel Ferreira, Coordenador Científico da CEMDP, informou que, em relação ao trabalho de análise das 1.047 caixas, 926 caixas foram abertas até o mês de maio/2018, sendo que, destas, 911 caixas foram limpas e 806 completamente analisadas, com exceção de alguns casos mais complexos que provavelmente demandarão uma nova análise. **1.3.2. Foz do Iguaçu.** Os conselheiros/as tiveram acesso às informações sobre a diligência também pela mídia e avaliaram como positiva e esclarecedora a reportagem exibida no programa Fantástico, que contribuiu muito para a divulgação dos trabalhos da CEMDP. Com base nessa experiência e nas demais realizadas, a Presidente Eugênia destacou a importância de que fosse elaborado edital para a contratação de fotógrafo para acompanhamento e registro das expedições, bem como a) viabilizada a ida, em todas elas, de colaboradores aptos ao transporte braçal dos materiais necessários para as perícias, que são muito pesados; e b) a compra de materiais necessários às escavações e medições, tais como GPS, bússola, trenas, pincéis, réguas de escala, pás, peneiras e coletes de identificação da equipe. A Conselheira Diva sugeriu incluir nesse tipo de contratação também o trabalho de filmagem. Deliberou-se, pois, para que a Coordenação providencie a abertura de procedimentos administrativos, com as providências necessárias, para tais contratações e compras. **1.3.3 Palmas do Monte Alto.** A Presidente Eugênia sugeriu que a Comissão refizesse a segunda parte do polígono, inicialmente



demarcado no cemitério de Palmas de Monte Alto como possível local de inumação do desaparecido político, João Leonardo. Isso porque, até o presente momento, as medições da ossada exumada na primeira diligência indicam apenas uma pequena margem de coincidência com a pessoa buscada. **1.3.4. Rio de Janeiro.** A Presidente informou que foram contratados dois consultores via PNUD, e que o atual coordenador dos trabalhos, contratado pela CAARJ, em razão de convenio com a CEMDP, havia pedido sua substituição, pois passou em concurso de provas e títulos para o cargo de professor, na UFRJ. Juliana Amoretti informou que um dos consultores para os trabalhos no RJ, Eduardo Schnoor, em seu primeiro produto, indicou dois pontos possíveis de exumação, o que deve ser priorizado pela CEMDP. A conselheira Diva solicitou que, juntamente com tais pesquisas, seja dada ênfase ao caso de Anísio Teixeira. **1.3.5. Pernambuco e Araguaia.** Foram feitos breves informes sobre a possibilidade de parceria com universidade federal em Pernambuco para essas pesquisas. Quanto ao Araguaia, informou-se que o tema seria tratado durante toda a tarde com os familiares respectivos, restando definidos os seguintes pontos pela CEMDP: a) o conselheiro Cel. João Batista, Representante do Ministério de Defesa, dispôs-se a participar mais ativamente das próximas expedições e, em especial a do Araguaia, prevista para o mês de julho. Para tanto, o referido conselheiro se prontificou a acompanhar a Presidente da Comissão em uma nova reunião com o Ministro Interino de Defesa, Gal. Joaquim Silva Luna, que em reunião anterior manifestou total apoio às expedições da CEMDP. Deliberou-se que tal reunião deveria ser agendada no mês de junho e que seria de extrema importância a assinatura de um termo de cooperação com o Ministério da Defesa para que este se comprometa com a CEMDP nas atividades de buscas de corpos de mortos e desaparecidos políticos não apenas na região do Araguaia, mas em todo o país; b) após a Coordenadora-Geral Amarilis informar que participou de reunião na PRU com representantes do Ministério da Defesa e da Justiça, a respeito da renovação da portaria do GTA, em 07/06, na qual foi acordado, entre os presentes, que a CEMDP iria realizar a primeira expedição ao Araguaia, já que possui mandato legal para tanto, deliberou-se que a primeira expedição ao Araguaia ocorreria em julho de 2018 (entre os dias 16 a 20 de julho) e que teria como primeiro ponto de escavação o



quintal de Luciana Feitoza. **2. Aprovação de ata:** foi aprovada a ata da 76ª Reunião da CEMDP. **3. Documentos para análise e deliberações. 3.1. Resolução de nomeação de integrantes da Equipe de Identificação de Mortos e Desaparecidos Políticos – EIMDP, instituída pela Portaria nº 99, de 6 de junho de 2017 (processo nº 08000.014703/2017-83):** foi apresentada minuta de Resolução contendo lista de profissionais que poderão compor a EIMDP, pois já vêm colaborando nos trabalhos de buscas e identificação de corpos de mortos e desaparecidos políticos. Foram solicitados ajustes de forma ao documento, que foi aprovado pela Comissão. **3.2. Atestado de óbito para fins de retificação de assentos (processo nº 08000.055775/2017-81):** após debate dos/as conselheiros/as, foi aprovada a minuta de Atestado de Óbito apresentada, que deverá, com urgência, ser adotada nos procedimentos de pedidos de retificação já apresentados para a Comissão. **3.3. Nota da CEMDP sobre questões atuais relacionadas ao seu mandato (pedidos de intervenção militar e divulgação dos documentos da CIA, processo 00135.206745/2018-92):** a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos considerou necessária a expedição de nota, cuja minuta seria submetida à aprovação posterior, por e-mail, por falta de tempo hábil na reunião presencial. **3.4. Calendário de reuniões ordinárias da CEMDP (processo nº 08000.057492/2016-92, doc. SEI 0342400):** aprovou-se o novo calendário submetido aos membros, cuja cópia deve integrar o procedimento respectivo e o quadro físico da sala de apoio. A princípio, o único ponto alterado foi a data da 78ª Reunião Ordinária da CEMDP, que ocorrerá no dia 30 de agosto, pela manhã, e, na sequência, será realizado o Encontro Nacional dos Familiares de Desaparecidos Políticos, na tarde do dia 30 de agosto e no dia 31, o dia todo, em Brasília/DF, por ser mais viável econômica e logisticamente para a Coordenação-geral/Secretaria Nacional de Cidadania. **4. Outras deliberações.** A Conselheira Vera Paiva registrou preocupação após divulgação do documento da CIA e informou que recebeu muitos telefonemas dizendo que “meus familiares foram vítimas e não tiveram como provar”. Sugeriu que a Comissão abrisse prazo para manifestação de familiares sobre possíveis novos casos de desaparecimento e enfatizou que existem casos ainda não analisados pela Comissão, como os de camponeses e indígenas. A Presidente da CEMDP propôs que seja reformulada a



proposta de Projeto de Lei com reabertura de prazo para novos requerimentos à CEMDP. A Assessora Juliana Amoretti informou que, em despacho, o Secretário Herbert Barros mencionou que poderíamos tentar inserir o tema em Projeto de Lei com tramitação mais avançada. Nesse sentido, a CEMDP poderá solicitar apoio à Fabiana Gadelha da SNC/MDH para identificar Projeto de Lei já existente, com pertinência e viabilidade de vinculação, a fim de garantir celeridade. A Presidente da Comissão solicitou que, na próxima reunião com o Ministro, mais conselheiros/as pudessem estar presentes. **5. Demais pontos de pauta:** em razão do adiantado da hora, deliberou-se por discuti-los na próxima reunião da CEMDP e que as questões urgentes seriam tratadas, como sempre, por e-mail ou WhatsApp.

Para constar, lavrou-se a presente ata que será submetida por e-mail aos membros da CEMDP e à aprovação definitiva na 78ª Reunião Ordinária, mas cujas deliberações devem ser desde já inseridas e cumpridas nos procedimentos respectivos.

Brasília, 12/06/2018

EUGÊNIA AUGUSTA GONZAGA
PRESIDENTE